

ATA N.º 12/2017:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE MAIO DE 2017:

No dia dezassete de maio de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela (freguesia de Palmela), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Atribuição de apoio financeiro à formação – Associações Humanitárias de Bombeiros do concelho

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro ao investimento – Associações Humanitárias de Bombeiros do concelho

PONTO 3 – Apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes: Adenda ao Protocolo de Colaboração com as Associações de Bombeiros do concelho

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à Associação dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela

PONTO 5 – Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM) – Início do procedimento e participação procedimental

PONTO 6 – Projeto de Regulamento Municipal de Apoio a Projetos Socioeducativos

PONTO 7 – Atribuição de apoios financeiros aos Ranchos Folclóricos do concelho de Palmela

PONTO 8 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de São Gonçalo

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** explicita que nas reuniões descentralizadas se inverte o método de funcionamento da reunião, de modo a possibilitar que o público intervenha no início da mesma, ao que se segue o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia.

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE PALMELA

O **Sr. Presidente** menciona que esta reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana da freguesia do Palmela decorre de 15 a 19 de maio de 2017, com a seguinte programação:

O programa tem início à segunda-feira, visa a recolha da informação que foi sendo preparada ao longo da semana com os serviços municipais. Na terça-feira, têm uma reunião de trabalho entre os 2 executivos, Câmara Municipal e Junta de Freguesia, onde fazem o ponto de situação de vários assuntos e levam outros cadernos de encargos que são apresentados pela Junta de Freguesia. Nessa reunião de trabalho fazem também a apresentação dos projetos no âmbito do Portugal 2020, alguns deles estão expostos na sala, para quem quiser consultar. Fazem a avaliação da delegação de competências, porque as Juntas de Freguesia têm descentralizadas competências na área das calçadas, recuperação do mobiliário urbano, colocação de toponímia, entre outras e a reparação das escolas, que é, de facto, uma área que requer bastante atenção e intervenção desta Junta.

Depois, para além destas reuniões de trabalho, visitam algumas obras que estão em curso e procuram também reunir com várias instituições da área social, da educação, mas sobretudo com agentes económicos, que acrescentam valor ao território, investindo, criando emprego e proporcionando desenvolvimento económico, que merece, de facto, que o município através destas visitas, conheça o seu trabalho, procure conhecer os seus anseios e as ajudas que necessitam, para muitas vezes licenciar e aprovar os seus projetos, mas sobretudo também para lhes dar visibilidade. Tiveram a ocasião de visitar a Aqua Shpere (no Parque Vale do Alecrim), a Arrábida Mel e Mave Center e, como não podia deixar de ser, num território que é terra mãe de vinhos, a Adega Camolas.

Hoje tiveram uma reunião também com o Presidente do Conselho Geral e com o diretor da Escola Secundária de Palmela, estava prevista também o encontro com os estudantes e a Associação de Pais que não puderam estar presentes, por causa de um assunto que é recorrente e que será trazido hoje aqui antes da ordem do dia, que a questão do pavilhão da Secundária de Palmela.

A preceder a realização desta reunião, procederam à assinatura do protocolo entre o município e o Moto Clube de Palmela, sendo que as outras associações do concelho até viram

recentemente também aprovados alguns instrumentos de apoio, mas este, porque foi mais recente e porque é um protocolo, quiseram aqui formaliza-lo com essa assinatura.

Amanhã, têm uma reunião de trabalho com uma instituição na área social as Irmãs Auxiliadoras da Caridade em Algeruz, para analisar um projeto que têm.

Na sexta-feira, de manhã fazem atendimentos. Toda a vereação com pelouros poderá atender as senhoras e os senhores munícipes, através de marcação prévia e farão depois uma conferência de imprensa para apresentar os resultados desta semana de trabalho, às 15 horas, no espaço cidadão, em pleno coração do centro histórico.

Dá nota genericamente dos muitos assuntos que estiveram a trabalhar com a Junta de Freguesia no que diz respeito a projetos estratégicos para a freguesia. Falaram das obras da Terra do Pão, que tiveram a oportunidade de visitar e de perceber a complexidade do investimento que ali está a ser feito. Estiveram no Castelo onde puderam intervir também recentemente na recuperação da Casa Capelo, já na fase da recuperação, impermeabilização dos terraços da Casa Capelo que estiveram a visitar e que ainda vai ser objeto de uma terceira intervenção. Depois, as técnicas de conservação daqueles edifícios e as obrigações da Direção-Geral do Património Cultural, são sempre obras caras, muito complicadas e que depois deixam outras coisas por resolver. Também outra empreitada que, entretanto, foi adjudicada, a impermeabilização dos terraços da Praça de Armas, outra empreitada muito grande que também está aí explicada. O executivo deu nota também de todo o trabalho que foi feito nestes últimos 2 anos, tendo em vista lançar uma empreitada, no valor de 2.800.000,00€, financiada em 85% pelo POSEUR, de intervenção nas Encostas do Castelo de Palmela, que é fundamental para que a estabilidade da encosta do Castelo seja garantida para mais 200 ou 300 anos. É uma obra muito complexa, o próprio Laboratório Nacional de Engenharia Civil é que faz todo o acompanhamento dos projetos, na assessoria, dos pareceres, e eles próprios têm tido dificuldades, pelo que se espera que dentro em breve, se possa estar a lançar este concurso, que é fundamental.

Deram nota também ao Sr. Presidente da Junta que está pronto também para lançar a empreitada na Rua Serpa Pinto, num dos arruamentos estratégicos do centro histórico; a ampliação e qualificação da Escola Básica de Aires na cozinha, e ampliação com novas salas de aula, um projeto também com financiamento comunitário e que infelizmente é só de 50%; o restante será financiado pela Câmara.

Deram nota também do desenvolvimento do projeto de ampliação e requalificação da Escola de Brejos do Assa, cuja obra só começará no início do Verão; da Escola Básica 2 de Palmela, o que falta fazer na requalificação do pavimento e nas acessibilidades, começa no dia 12, por acordo com a escola e com os pais, podiam ter começado nas férias da Páscoa, mas seria um transtorno enorme para as crianças e para quem ali trabalha, ter a obra a decorrer em simultâneo. O projeto do passeio do cemitério teve de ser alterado, é o passeio de ligação do

Centro de Saúde ao Cemitério de Palmela, mas também está em bom ritmo. Falaram de um modelo de gestão do novo wc a ser construído no Parque Venâncio da Costa.

Falaram de dois compromissos que foram concluídos, que tinha um limite financeiro, onde a autarquia procurou fazer o maior número de arruamentos, nas repavimentações de Pegarias e da Nova Alcaide; do projeto estratégico das infraestruturas da Lagoinha, do seu faseamento e de um outro assunto que foi falado no “Eu Participo” e para o qual já encontraram uma linha de trabalho, para que se possa fazer aquele arruamento, embora ainda vá para projeto, sem ter de estar à espera da resolução das ligações pluviais e domésticas; dois programas, que também estão em curso, as questões de segurança na Urbanização da Quinta dos Caracóis e da Quinta do Outeiro; a ligação do saneamento em Brejos do Assa, dando nota à Junta de Freguesia das diligências que têm sido feita junto da SIMARSUL, para que uma obra que está concluída e que agora está à espera do posto de transformação elevado das Passadeiras, possa entrar em funcionamento o mais rapidamente possível. A SIMARSUL comprometeu-se a antecipar a ligação ou fazer uma informação à população, explicando o que se passa, porque a Câmara está espera desde 2010 e já gastou lá 700.000,00€.

Falaram depois de outras questões mais estratégicas dos acessos a Palmela, questões de sinalização, conservação, limpezas que terão em algumas zonas. Grosso modo, foram estas as questões que mereceram maior reflexão em conjunto com a Junta de Freguesia.

Recordou ainda as obras de requalificação do Salão Nobre, que é um investimento de 470.000,00€ cofinanciado também pelo pacto da AML, a intervenção no antigo quartel da GNR, para criar um núcleo de reservas museológicas. Também quanto ao edifício PAL, explicaram o que é que vão fazer, porque é um edifício que vai albergar serviços na área do turismo e da comunicação, mas, por outro vai também possibilitar a interação com agentes económicos ligados a este setor do Enoturismo Da obra da Azinhaga Mata-Mouros, 2ª fase, que também já está o concurso em preparação. Tiveram oportunidade de confirmar um conjunto de compromissos e que felizmente estão em curso.

Esclarecendo que abordaram aquela questão da rotunda do Aldi, pois há um diferendo entre um particular e os senhores do Aldi, mas normalmente a contratualização que a Câmara é que aquilo só funciona com uma rotunda, pelo que não será permitida outra solução, que por sua vez vai ter de ser mais tarde, articulada com o atual entroncamento, semaforizar com a Avenida de Caminhos de Ferro. Foi uma reunião muito rica, muito produtiva, mas há sempre outros assuntos.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** agradece a presença do público. Uma vez que se trata duma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do público. Dá a palavra a quem queira intervir.

Sr. António Pares (1.)

Questiona quando é que se prevê que a obra na Rua Luís de Camões seja efetuada. Pergunta também qual a previsão para o início da segunda fase de infraestruturação da Lagoinha e quais as ruas que irão ser contempladas nessa segunda fase.

Sr. Fernando Fernandes (2.)

Refere que a Lagoinha tem a Rua de 1º de Maio, a Rua António Moreira, a Rua da Sociedade. Questiona se vão fazer estas ruas deixando as outras para trás. Acrescenta que mora na Rua da Sociedade e pretende saber se há algum projeto para essa rua, uma vez que tem água e saneamento, mas na primeira fase não colocaram alcatrão.

Sr. Carlos Alves (3.)

Refere que vem agradecer e reconhecer que a última vez que esteve no “Eu Participo” abordou a questão da desinfecção da água, e a Câmara já foi fazer a leitura e análise.

Informa que na zona onde reside as pessoas utilizam a área dos contentores como zona de despejo, ao ponto de criar dificuldades em circular com o carro. Relata que já avistou diversos carros particulares a despejarem lixo, como camionetas de pequenas empresas, que vêm de variados sítios. Questiona que medidas pode a Câmara tomar.

Uma outra questão tem a ver com a Rua do Canteiro, que é muito movimentada, mas não tem sinalização.

Sr. Carlos Fortunato (4.)

Refere que na última sessão onde esteve presente colocou 3 questões problemáticas que tinham a ver com o pavimento, viaturas abandonadas há 6 meses e também com o depósito de raízes de árvore, portanto, que o município extraiu para repavimentar as ruas e que foram colocados em lotes particulares.

Agradece pois essas questões foram resolvidas depois de ter vindo a reunião e manifestado o desagrado pela situação.

No entanto a questão que tinha colocado tem a ver com a segurança na urbanização, à qual não obteve ainda resposta. Questiona se há alguma ação em curso por parte do município, ou se precisam da ajuda dos munícipes para se encontrarem com Centro Distrital da GNR, porque mais uma vivenda foi assaltada na urbanização e a preocupação é premente.

Não obstante, hoje traz mais uma pequena reclamação: desagradavelmente, as máquinas da Câmara destruíram o pavimento e mais raízes de pinheiros. Informa que já enviou um email a dar conhecimento. Não lhe parece muito ético que o dinheiro dos munícipes esteja a ser investido em pavimentação e passados dias haver uma máquina que vai destruir esse pavimento.

Sra. Maria de Jesus Queiroz (5.)

Refere que mora na Lagoinha há apenas 2 anos e algumas das questões que tinha já foram esclarecidas, ter que ver com o pavimento e com os esgotos, pelo que fica a aguardar que a solução seja arranjada.

Neste momento, tem outra questão uma vez que mora na Estrada do Restaurador e quando se mudou para a zona reparou na falta de contentores de reciclagem; ou seja, há muito poucos, no seu caso particular tem muito lixo para reciclar e é desagradável não ter onde o colocar.

Os contentores que estão perto do restaurante, estão sempre muito cheios de lixo e aos fins de semana acumula sacos e sacos de lixo, é desagradável para quem passa na estrada, é desagradável para que vai colocar o lixo de certeza absoluta.

Solicita que coloquem, brevemente, mais contentores, principalmente destinados à reciclagem.

Sr. João Marques (6.)

Refere que é morador da Venda Alcaide. A Venda Alcaide é servida, em termos de acessos, por uma estrada que se chama estrada da Venda Alcaide. É a principal estrada, é uma estrada estruturante, que começa na Estrada Nacional 252, junto à escola João Antunes e portanto, é uma estrada com bastante movimento, relativamente estreita.

Tem a berma calçetada de um dos lados, mas não tem a outra berma calçetada. Atendendo ao grande volume de tráfego, de ser um acesso à escola, de ser uma via estruturante, mais uma vez, solicita que o Sr. Presidente e o executivo tomem a decisão de mandar calçar a outra berma da estrada; até porque não é agradável uma estrada é completa, tem lado direito e lado esquerdo. Mesmo que seja por adjudicação direta, o que demora mais tempo, mais uma vez solicita que seja calçetada a berma da estrada da Venda do Alcaide.

Na Venda do Alcaide há também a zona envolvente ao polidesportivo e parque infantil. Já por diversas vezes, algumas questões que aqui tem vindo a apresentar têm sido resolvidas e o Sr.

Presidente referiu que está previsto um programa de reestruturação daquela zona. Questiona para quando a implementação deste programa de reestruturação. A área continua com problemas: as árvores não são podadas, o parque infantil não tem vedação o que permite a entrada dos cães que lá fazem as necessidades, a papelreira que existia junto à mesa desapareceu há alguns meses. São coisas tão pequenas e insignificantes que não justifica que tenha que intervir 3 ou vezes a dizer a mesma coisa.

Face às questões apresentadas pelos/a Srs./a Munícipes são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Em resposta ao Sr. António Pares (1.), o **Sr. Presidente** refere que a Rua Luís de Camões, como teve oportunidade de dizer no "Eu Participo", nunca pode acontecer antes de 2018, porque a autarquia tem um orçamento e um plano de investimentos aprovado e que não contempla essa intervenção e é bom que nas fichas que estão a preencher no Eu Participo, seja de facto, uma intervenção votada e escolhida, das mais pertinentes pela parte da cidadania, pelas pessoas. Isto sem prejuízo do conjunto de outras intervenções que estão previstas para a Lagoinha.

Em relação à Rua Luís de Camões e à Lagoinha, o município fez o ponto de entrega das águas pluviais. A topografia da rua fica num vale, murada de um lado e do outro, as águas da chuva têm de seguir para algum lado e, habitualmente, nessas circunstâncias, podem ser captadas através dos sumidouros e coletadas, quando há topografia, pois não se utiliza bombagem para pluviais, a não ser em situações muito extremas, localidades que estejam muito inclinadas. Então os pluviais são feitos por zonas, porque cada fase conduz a uma estação elevatória. No caso dos pluviais ali, é necessário percorrer largas centenas de metros, para entregar no ponto de descarga autorizado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Dado que essa obra era uma obra mais cara do que alcatroar até ao local, solução que já experimentada em outras operações de urbanização e loteamento, é uma solução de absorção de águas pluviais através de poços absorventes que são feitos nas valetas do arruamento e nos espaços públicos. Por exemplo, houve um munícipe, que ao ter feito o projeto devidamente aprovado pela Câmara recuou e fez uma cedência para o espaço público, portanto a Câmara está a estudar soluções que permitam pavimentar sem ter o risco de ficar com um rio quando chove muito na rua. Foi esse estudo prévio que foi feito. Vai decorrer, em breve, um levantamento topográfico para a elaboração do projeto que a autarquia dará ao exterior, uma vez que não tem condições para o fazer internamente.

Em setembro, na altura da escolha das propostas para o próximo plano de investimento das Grandes Opções do Plano, tendo já essa rua recenseada, pois a câmara já começou a ver os inquéritos; a Câmara terá nessa altura a solução e o orçamento exato para poder decidir em conformidade. Dizer outra coisa seria mentir às pessoas e, portanto, é necessário fazer este

processo de forma a chegar o mais tardar a setembro e dizer que esta obra custa X e esta solução garante que não é preciso estar à espera de uma solução de pluviais, que implicava uma espera de mais 4 ou 5 anos sem ter a rua alcatroada.

Em resposta à segunda questão, informa que a Câmara comprometeu-se neste mandato a desenvolver o projeto da 2ª fase da Lagoinha e aquilo que está a ser feito é mais do que a 2ª fase. A 2ª fase da Lagoinha, como foi desenhado há 8 anos atrás, quando se fez a 1ª fase, também não era a Lagoinha porque as zonas de drenagem, as bacias para onde drenam os pluviais, onde está um emissário da SIMARSUL. Aquilo que estava estudado contemplava poucas ruas, a Câmara fez um estudo mais complexo, só os projetos andam na ordem dos 40.000,00€, que tem 9 fases de intervenção e não é só na Lagoinha. Uma das fases, por exemplo, é o Bairro Sousa Sintra, há duas fases que estão em Vale de Touros, não é em Lagoinha. A Câmara tem um projeto mais ambicioso que tem de ser aprovado em conjunto, porque as peças têm de encaixar e o que está priorizado para arrancar este ano é um troço da Rua da Holanda, porque é aquele que tem já capacidade para de ligação à ETAR; tem também uma ligação à Rua de Amesterdão, portanto, esta é a 1ª obra que avança, é já a 1ª fase. Sobre as outras fases, ainda não é possível dizer, até porque a Câmara das 9 fases, priorizou 6, que são aquelas que podem ter os esgotos primeiro. Na altura, quando se falou na 2ª fase, não se limitou esta área toda. Fazer a 2ª fase era continuar, para lá de Vale de Touros. A autarquia em vez de fazer em varrimento, está a fazer as zonas que são possíveis fazer já.

Confessa que também há zonas da Lagoinha que não se justifica infraestruturar porque não foram ainda densificadas. Há, inclusivamente, uma zona da Lagoinha que tem duas áreas urbanas de génese ilegal. A Câmara tem andado a estudar isto com muita seriedade e com muito rigor e é por isso que alguns arruamentos até nem estavam previstos na 2ª fase e a autarquia tem um projeto de 2ª fase que já contempla outros arruamentos.

Quanto a essa rua em concreto, ela até está a ser tratada isoladamente, porque é um caso que se a Câmara estivesse à espera pelos esgotos e os pluviais, nem daqui a 5 anos, a rua estaria pavimentada. E como a prioridade é pavimentação, por uma questão de conforto, poeira, já são para o final já são para nascente. Aquilo, de facto, merece um tratamento isolado.

Informa que na segunda-feira terá uma reunião num organismo que tem a responsabilidade e honra de presidir, que é a Assembleia Intermunicipal da Água da Região de Setúbal, onde os municípios vão tomar uma posição quanto aos financiamentos do POSEUR (Plano Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos), dos financiamentos que Portugal e Bruxelas acordaram para financiar infraestruturas da água e saneamento. Os municípios estavam todos à espera deste novo quadro para se candidatarem, quando se candidataram no outro quadro é porque tinham pouca gente e o investimento que iam fazer não tinha retorno em 20 anos; ou seja, passados 20 anos não havia garantias que o investimento fosse pago com a tarifa fixa dos consumidores/municípios. Nestas candidaturas, o aviso diz que só se financia candidaturas que

abranjam zonas de mínimo de 50 mil habitantes e que associem, no mínimo, 3 municípios. Isto é uma grande condicionante e estas coisas têm de ser revistas, como já foram outras e espera que o Estado Português, no final deste ano, renegoceie alguns critérios e prioridades de investimento, porque por esta ordem de ideias só há dinheiro para a remodelação nas grandes cidades e não há dinheiro para infraestruturar as zonas chamadas periurbanas, que é uma das características do concelho de Palmela, porque tem 2 ou 3 grandes centros urbanos, as sedes das freguesias, e depois fica disperso. É o tal concelho que é grande, mas que ao contrário de outros, não tem as infraestruturas só em 10% do território, estão estendidos por todo o lado e a Câmara acha que deve haver apoio é para estes territórios e não para aqueles onde é mais fácil, porque está tudo concentrado. Mas esta é uma questão política que é determinante, para que se possa assumir e fazer tudo de uma vez, porque as 9 fases identificadas ultrapassam os 2.000,000,00€ e, portanto, se isto for feito só com o orçamento municipal, é impossível e por isso é que a autarquia vai fazer estes arruamentos por esta ordem.

_ Em resposta ao Sr. Fernando Fernandes (2.), o **Sr. Presidente** refere que não lhe consegue dar essa resposta agora, apesar de ter uma boa memória do local. Reitera que a partir de determinadas zonas, se as pessoas continuarem a abrir caminho público, todos terão que pagar infraestruturação de uma zona que já para as pessoas terem auto infraestruturação. Não quer dizer que seja o caso específico do município, mas não é possível dizer, porque isso pode ser uma coisa até de poucos metros, em termos de alcatrão.

Há 6 zonas priorizadas para colocar os esgotos e passar à pavimentação. A Rua da Sociedade não está nestas 6 zonas prioritárias, mas isso não significa que não possa ser feito sem ser no projeto de infraestruturação da Lagoinha, porque a Câmara, por exemplo, no caso da Rua do Aviário, era um compromisso deste mandato e não esteve à espera do projeto global das infraestruturas da chamada 2ª fase. Portanto, a autarquia tem feito algumas ruas avulso e também tem feito alguns prolongamentos de ruas. Também há unidades económicas que estão em processo de licenciamento e algumas vão ter que fazer as infraestruturas e contribuir para as mesmas, portanto, esta questão será analisada, mas é impossível ter esta informação toda numa reunião de câmara. Aconselha o Sr. Fernando Fernandes, dado que não é possível clarificar o assunto e o que é que está previsto para o local, que deixe o contacto com os serviços administrativos da Câmara de forma a fazer um atendimento com a senhora vereadora, para perceber qual é a expectativa.

_ Em resposta ao Sr. Carlos Alves (3.), o **Sr. Presidente** refere que, em relação à situação do lixo, a Câmara está a fiscalizar. Serão colocadas placas de monos e verdes com o intuito de moralizar algumas situações. A Câmara vai procurar, sobretudo, garantir a periodicidade de

recolha nos dias que estão estipulados. No que diz respeito à Rua do Canteiro, a autarquia irá colocar sinalização vertical para melhorar a situação.

_ Em resposta ao Sr. Carlos Fortunato (4.), o **Sr. Presidente** esclarece que não estava naturalmente no espírito do município nem dos trabalhadores deixar no local os troncos. O trabalho é feito por uma brigada que, infelizmente, é chamada para todas as intervenções e mais algumas. Até recentemente com o simulacro de sismo no Centro Histórico, mais uma vez são sempre as mesmas pessoas e, portanto, colocaram-se ali outras questões muito urgentes e houve ali, se calhar, algum desleixo. Sabe que entretanto até foram diligentes na sinalização das zona onde deveria de retirar troncos, e até árvores que não se justificava estarem naqueles locais, e o calcetamento vai ser feito paulatinamente porque a Câmara tem apenas um calceteiro. O trabalho, ele vai ser feito agora, por vezes, por acidentes desta natureza, prolonga-se.

Informa que acompanha muitas vezes os trabalhos e sabe quais são os efeitos perversos dessa maquinaria. Esses pés, da retroescavadora, ao estarem colocados no alcatrão deverão ter feito alguns danos, mas a Câmara, naturalmente irá pavimentar, por administração direta, e fará as coisas, o melhor possível. Isto acontece até em sítios onde, às vezes, não é necessário intervenções complexas da maquinaria pesada. Garante que aquilo vai ser reparado

_ Em resposta à Sra. Maria de Jesus Queiroz (5.), o **Sr. Presidente** explica que a Câmara está ligada a uma empresa multimunicipal, em que o grande decisor não é municipal, é um grupo privado, a SUMA, a quem o anterior Governo vendeu o capital social e onde os municípios se encontram em minoria. Ainda assim, na guerra institucional que a autarquia tem feito nos últimos tempos, está a procurar levá-los a rever o critério do número de habitantes por ecoponto, porque, de facto, não faz sentido, porque os critérios que existem para a península de Setúbal são critérios para Almada ou para o Seixal, não são critérios para um território disperso como Palmela.

A Câmara já pediu um ecoponto para aquela zona e fez recentemente muita insistências, algumas já responderam e, provavelmente, nem foram ver os sítios, porque argumentaram questões de acessibilidade e pavimentação quando estava tudo resolvido.

Garante que a autarquia está a procurar que haja mais ecopontos e está a insistir até porque o município é penalizado se não tiver mais ou melhores índices de reciclagem; porque quando isto aparece no lixo doméstico misturado, os municípios são penalizados na tarifa que pagam por tonelada dos resíduos despejados e tratados na AMARSUL. A Câmara tem todo o interesse e irá insistir, não só para esta localização, como para outras.

Quanto à questão do contentor, esclarece que costuma passar lá nos dias de recolha e garante que se a autarquia colocar mais um contentor, ficarão os 4 cheios pela mesma unidade comercial.

Está a ser discutida a possibilidade de colocar outro contentor um pouco mais deslocado para o uso dos munícipes, das moradias unifamiliares.

_ Em resposta ao Sr. João Marques (6.), o **Sr. Presidente** assume que as bermas da estrada da Venda do Alcaide não serão feitas neste mandato. A Câmara quer cumprir esse compromisso, mas não por administração direta. Neste momento, o município tem uma empreitada de calçada a decorrer que tem um conjunto de prioridades, que estavam já definidas, de anos anteriores, e que têm de ser concluídas. Esta questão das bermas da estrada da Venda do Alcaide, elas serão feitas nas zonas onde já existem os muros. Esse estudo já foi feito, a Câmara está a fazer as medições para saber quantos metros e naturalmente nos outros locais será feito quando houver a cedência para domínio público, porque alguns terrenos de particulares tem as valetas e os marcos encostados quase ao tapete luminoso. Mas onde existem muros e vedações consolidadas e aprovadas pela Câmara, será realizado, mas num valor superior à verba anual, disponível para fazer pequenos troços.

Em relação à questão das bermas, podia dar exemplos de centros urbanos que só têm passeios de um dos lados, porque o que a legislação diz é que o corredor acessível tem que existir no mínimo num dos lados da plataforma, mas isso, não interessa porque a Câmara quer fazer a outra berma, mas é impossível fazer tudo em tão poucos anos.

Em relação ao parque explica que o projeto que começou a ser elaborado para ali, e que já tem muitos anos, hoje, não é um projeto adequado para aquele local. Não é na iluminação pública, não é a estrutura verde proposta, porque a estrutura verde proposta ia ser vandalizada, não ia ser fruída pelas pessoas e o conceito que está a ser desenvolvido para ali é um conceito de praca, com espaços de relva, muitos arbustos e eventualmente um corredor tipo caminhadas, com aparelhos de ginástica. É uma requalificação diferente, que poderá ser feita em 2 fases: do polidesportivo para a Rua Catarina Eufémia, e uma outra fase em torno do polidesportivo. E é este o estudo prévio que está encomendado aos serviços municipais, não é também uma obra para este mandato. Aquilo que está no compromisso de trabalho é reformular o projeto pois, em termos financeiros, não se consegue fazer num mandato os milhões que há para fazer em projetos estruturantes.

Garante que já mandou verificar a questão da papelreira, etc e que esteve no local na semana passada e o espaço está bem limpo e com as ervas cortadas. Foi feito isso antes do 25 de Abril. Esclarece que a vedação que lá está é perfeitamente legal e naquela localização, o espaço em si nem necessita de vedação dada a distância a que está da estrada. Com ou sem portão, os

animais entram lá dentro, mas os problemas não são os animais, são outras questões de cidadania.

No âmbito da intervenção que a Câmara fará naquele espaço verde, também estão previstas algumas intervenções que alterem eventualmente o piso.

O grande objetivo é, de facto, ter um projeto para poder apresentar à população antes de ser implementado. A Câmara irá resolver a questão da papeleira e podar as árvores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Moção (Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** apresenta a Moção que se transcreve:

MOÇÃO (Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela)

(Na Moção a seguir transcrita foram produzidas as seguintes alterações: onde se lia "*nacional e regional*" passou a ler-se "*regional e nacional*"; e onde se lia "*Conselho Diretivo da Escola Secundária de Palmela*" passou a ler-se "*Direção da Escola Secundária de Palmela*")

"Após o envio de uma proposta para apreciação, a Câmara Municipal de Palmela apresentou à Secretária de Estado Adjunta e da Educação, em reunião de 11 de maio de 2016, a possibilidade de um protocolo entre as duas entidades para construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela.

A proposta, já apresentada em 30 de novembro de 2015, manifestava a disponibilidade do Município para, à semelhança do que tem sido a postura de cooperação institucional, que permitiu a concretização outras obras urgentes da responsabilidade da administração central no concelho, compartilhar o valor do investimento e os custos de gestão do equipamento. Os montantes, dependeriam da alternativa que o ministério considerasse mais conveniente, eventualmente com a utilização pública do gimnodesportivo pela comunidade, fora dos horários e épocas escolares.

Após várias tentativas, por escrito e telefonicamente, a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, informou, telefonicamente, em fevereiro deste ano, que se trata de uma obra

prioritária, para a qual já existe parecer da DGEST, faltando apenas analisar, no prazo de uma semana, com o Ministério das Finanças, as opções financeiras para o avanço do protocolo.

Desde então, têm-se revelado infrutíferas todas as tentativas de obter qualquer informação sobre o acolhimento desta proposta. Estamos no final de mais um ano letivo sem que os alunos da Escola Secundária de Palmela tenham tido oportunidade de usufruir de um ginnodesportivo, ou seja, de uma prática desportiva plena e de direito, de acordo com o currículo escolar.

Assim, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 17 de maio de 2017, na Biblioteca Municipal de Palmela, considera que:

- A ausência de resposta não se coaduna com que deveria ser o normal relacionamento institucional;
- Se torna cada vez mais urgente dar resposta a esta reivindicação de estudantes, pais, encarregados de educação e comunidade educativa, que naturalmente questiona o Município sobre este assunto;
- A Escola Secundária de Palmela e as/os docentes de Educação Física têm sido um exemplo de empenho e incentivo às alunas e alunos daquele estabelecimento de ensino, que conta com excelentes resultados a nível regional e nacional, em diversas modalidades de ar livre, podendo desenvolver outras competências se os adequados equipamentos o permitissem.

Neste sentido, o Município **delibera**:

- Manifestar a sua indignação pela falta de diálogo por parte do Ministério da Educação;
- Exigir uma resposta urgente às propostas do Município para a partilha de responsabilidades na construção deste equipamento desportivo, de forma a que os alunos tenham direito, o mais rapidamente possível, à educação física, na sua plenitude, essencial ao seu desenvolvimento físico e social;
- Enviar cópias da presente moção às seguintes entidades:
 - . Primeiro-ministro
 - . Ministro da Educação
 - . Secretária de Estado Adjunta e da Educação
 - . Presidente da Assembleia da República
 - . Grupos Parlamentares
 - . Assembleia Municipal de Palmela
 - . Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela
 - . Conselho Municipal de Educação de Palmela
 - . Direção da Escola Secundária de Palmela
 - . Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária de Palmela

. Associação de Estudantes da Escola Secundária de Palmela

. Órgãos de Comunicação Social Locais e Regionais.”

Sobre a Moção (Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela) intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que esta questão do pavilhão desportivo da Escola Secundária de Palmela não é novidade, portanto, reconhece a pertinência e a necessidade do equipamento. Este pavilhão tal como ele está nem vai suprir todas as necessidades do concelho, porque existe necessidade de um pavilhão que contemple outro tipo de atividades com outro peso que não este, que apenas serve as atividades escolares, mas, de facto, é uma necessidade da escola, é uma necessidade de freguesia e é uma necessidade do próprio concelho. Concordam com isso e com as questões que são aqui factuais. O único sítio onde discordam é neste uso da palavra indignação. Indignação, e que não foi uma palavra usada, coaduna muito melhor com alguns casos que se fizeram ouvir hoje em relação à área de residência que, por uma ou outra razão, certamente também existem aqui razões não foram ainda concluídas, há aqui mais matéria para indignação, do que propriamente numa resposta que ainda não obtiveram.

Concordam que não se coaduna com o normal prosseguimento institucional, que não se compagina com uma relação saudável entre dois órgãos que têm necessariamente que comunicar e informar, um ao outro em relação, às necessidades e às possibilidades, mas não haver um pavilhão é que é motivo de indignação. Aqui há de certeza, um contexto que ainda não foi comunicado e que devia ter sido comunicado, portanto, votarão favoravelmente esta moção e acompanharão o teor, independentemente, de se mudar ou não esta questão da indignação.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que esta moção é recorrente, aliás em novembro de 2015 tinha sido aprovada uma moção desta natureza, reclamando a construção do pavilhão gimnodesportivo que há muito devia estar construído. No tempo do outro Governo foi feita também uma moção deste género. Talvez na altura, por força das circunstâncias, a indignação era mais forte, agora já não é a indignação, talvez o Sr. Vereador Pedro Taleço, sugerisse regozijo. Mas de qualquer forma, o que interessa aqui é, que é necessário efetivamente reclamar, porque as crianças e os jovens que estão naquela escola, deviam ter iguais oportunidades como têm os outros para praticar desporto e educação física, e a ausência de um pavilhão impossibilita-os de beneficiar desta disciplina em toda a sua plenitude.

Há uma coisa que o indigna particularmente, para além da falta do pavilhão, que é numa matéria como esta (até estava em causa para o Sr. Ministro da Educação na altura Nuno Crato) não receber a Câmara Municipal. Acha que isto é seguramente um motivo de indignação porque, independentemente de quem está no poder local ou de quem está no poder central, seja de que partido for, independentemente das diferenças políticas, quer os governos, quer as câmaras municipais estão aqui para trabalhar, para o bem comum e para resolver os problemas

das pessoas e é inadmissível que membros do Governo muitas vezes, não é um problema só deste Governo e que neste caso é mais grave, porque são todos apoiantes deste Governo, mas, não é um problema só deste Governo, mas é indigno que um membro do Governo se recuse a dialogar com uma Câmara Municipal cujo objetivo é resolver os problemas e defender os problemas dos seus concidadãos. Refere que o Sr. Secretário de Estado visita tantas vezes o concelho de Palmela, que sempre que ele vem pensa que vai ser anunciada a construção do pavilhão.

De qualquer forma, votará favoravelmente esta moção como fez no passado independentemente de quem está no Governo.

O **Sr. Vereador António Braz** refere que pretende dar uma nota ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro que, ao contrário de outros, o Sr. Secretário de Estado mora no concelho de Palmela, daí ele vir tantas vezes ao concelho de Palmela.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Secretário de Estado vai voltar mais vezes devido à campanha eleitoral, que aliás já começou há muito tempo, por isso é que as visitas são mais frequentes. É pena que as notícias não sejam aquelas que se esperavam.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que esta necessidade não é só para a freguesia, não é só para o concelho. Curiosamente, a Escola Secundária de Palmela serve alunos e alunas de Azeitão. São 1200 alunos que estão à espera da 3ª fase, de facto, não há coragem de avançar, independentemente de ter sido retirado do PIDDAC por sucessivos governos e de a Sr.ª Ministra da Educação Isabel Alçada ter tido a coragem em 2011 de ter posto para que avançassem com o projeto, coisa que depois o Governo seguinte não o fez. Mas, agora não há motivo nenhum, já retomou novamente o Governo do Partido Socialista, e teria condições objetivas para poder fazer. Alerta até que no ano passado, todos correram para a Escola Secundária de Palmela a jurar fidelidade a este pavilhão e dizer a todos os grupos parlamentares que se iria avançar para a construção do Pavilhão Desportivo de Palmela, coisa que até agora não se concretizou.

Não é apanágio da autarquia ter uma linguagem mais dura, aliás recorda que até mesmo no período do Ministro da Educação, Dr. Nuno Crato, é que utilizaram linguagem um pouco mais dura, a exigir do Ministério da Educação, reafirmar a sua disponibilidade para a celebração já nesse período, e que também da moção que foi aprovada já neste Governo; a Câmara de Palmela dizia expressar a sua profunda incompreensão, manifestar grande preocupação, afirmar a sua determinação, mas chegou o momento de assumir uma posição um pouco mais dura, porque não há nenhuma legitimidade para estar em silêncio absoluto depois de contactos sucessivos do gabinete do Presidente com a Sr.ª Secretária de Estado Adjunta, para o Chefe de Gabinete do Senhor Secretário Adjunto da Educação e, tirando este contacto telefónico que houve em fevereiro de 2017, o silêncio absoluto quando se esperava que nestas negociações entre o Ministério da Educação e o Ministério das Finanças haveria luz verde e que depois se

calendarizaria a moldura financeira para se avançar com o projeto e com a obra. Nada disso foi feito e este silêncio é um silêncio que está a prejudicar 1200 alunos e as suas famílias no concelho de Palmela. Não têm iguais oportunidades da prática desportiva e volta a dizer que a prática desportiva, não é, em termos de educação, uma questão menor, pelo contrário.

O **Sr. Presidente** refere que há largos anos a autarquia está envolvida nesta legítima reivindicação para o concelho de Palmela e em particular para a Escola Secundária mais antiga do concelho de Palmela.

O termo indignação revela bem também a legitimidade, pois mais uma vez hoje o executivo reuniu com a escola e é lamentável, porque não está em causa só ausência do pavilhão (poderiam falar de outras coisas), mas aquela escola não tem um espaço coberto para os alunos, não tem os laboratórios feitos que deveria ter numa 3ª fase que já devia estar iniciada em 2006, não entrou nas obras do Parque Escolar (nem vai entrar), mas já devia ter um planeamento devidamente assegurado. Basta passarem e entrarem na escola para verem a lástima que são aqueles espaços exteriores e ausência de condições para os alunos no período de pausas letivas, fora do bloco. Tudo isto foi debatido e é inacreditável como uma escola que foi inaugurada por muitos dos membros da vereação (da mesma geração) continua com resquícios daquele tempo, até em termos de organização do espaço e continua sem esta infraestrutura desportiva. A escola mais antiga do concelho, Secundária, na sede do concelho tem aquelas tristes condições de trabalho.

Dá nota que nas várias visitas que tem havido ao concelho, por parte da Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e do Sr. Secretário de Estado da Educação, na Escola Secundária de Pinhal Novo, por ocasião da celebração daquela iniciativa da Fundação sobre a ciência e outras coisas, abordou a Sr.ª Secretária sobre este assunto, aliás houve órgãos de comunicação social que deram nota dessa conversa. Após verem o estado da escola perguntou, se há algum concelho deste país, que tenha a sua escola na sede de concelho naquelas condições. Até escolas mais antigas já foram todas reabilitadas.

A autarquia anda há 20 anos a reclamar o pavilhão legitimamente. Revela que a oposição agora estrategicamente vota naturalmente a favor, mas tempos houve em que a bancada do PS se o PSD estivesse no Governo era a favor das moções, se estivesse o PS no Governo era contra as moções. Felizmente já evoluíram um bocadinho. Pensa que não tem só a ver com a geringonça, tem que ver também uma tomada de consciência e os interesses locais estão acima das questões político-partidárias.

A indignação reside no facto de não ter sido feita apenas uma exigência, o município foi mais longe e disponibilizou-se para compartilhar o pavilhão com um projeto, uma solução, uma tipologia, um pavilhão que permite a utilização pela comunidade, um pavilhão orçado em cerca de 800.000,00€. A Câmara um pavilhão com tantas ou melhores condições do que aquele que está no Pinhal Novo e que serve a escola e que serve os clubes e as associações do concelho e

é por isso que o município, até prescindindo um pouco da sua postura política (o que é da administração central, a administração central que invista), mas considerando que havia benefícios para a comunidade o município propôs-se pagar em 2 modalidades consoante, a gestão fosse ou não fosse feita pelo município. Curiosamente a gestão feita pelo município sai muito mais caro mas era a garantia que o edifício ficava em boas condições, porque o orçamento enviado para as escolas quase não dá para pagar a água, a eletricidade e as comunicações. A Câmara reuniu com o Sr. Diretor que vai receber mais 20.000,00€ para umas obras urgentes, senão aquilo fecha.

A indignação reside no fato de a Câmara ter apresentado esta proposta em Novembro de 2015.

Foi, sucessivamente, prometida uma resposta, fosse à proposta A ou B do município ou fosse uma outra proposta. A Câmara trabalhou para poder colocar no orçamento de 2017, em Setembro voltou ao contacto, para poder colocar a comparticipação municipal, porque isto vale é quando as coisas estão escritas, que é para não fugir do orçamento. Não houve resposta. A autarquia recebeu uma resposta em Fevereiro que dizia que se encontravam a negociar com o Ministério das Finanças. Há aqui coisas que não batem certo, porque a Câmara telefona todas as semanas e o último escrito é de 31 de Março.

Entretanto vêm notícias a público da estratégia que o atual Governo quer, que anda a empurrar com a barriga para ver se os municípios é que ficam os donos disto tudo. Até já existe um quadro comunitário no âmbito Portugal 2020, se estão recenseadas as escolas que precisam de investimentos, no valor de 236.000.000,00€, com uma contrapartida nacional felizmente até bastante acessível, mas que ainda querem que sejam os municípios a fazer como foi no Centro de Saúde, que ainda quem vai fazer a candidatura são os municípios para ir buscar a comparticipação dos fundos europeus, e os municípios depois ainda pagam mais 50%.

Garante que não há aqui seriedade política ou então é para anunciar isto na véspera das eleições. Informa que não se revê em todas as políticas deste Governo, revê-se naquilo que foram os acordos negociados e o que está cumprido é para cumprir.

A indignação resulta disto, porque a Câmara andou a trabalhar, esforçou-se, apresentou uma proposta com dimensões, com valências, há condições para isto. Há um quadro financeiro e os senhores estão à espera de arranjar um pacote qualquer de atualização de competências para embrulhar isto tudo e daqui a 4 ou 5 anos ainda se aguarda a construção do pavilhão, quando a solução estava encontrada e foi prometido que havia resposta. Recorda que não foi uma simples moção de reivindicação, foi uma proposta concreta de financiamento, com percentagens, desde Novembro de 2015 e, portanto, está a terminar o mandato em que o executivo queria assumir responsabilidades, dar um sinal, mas naturalmente com retorno para a comunidade, como acontece com aquilo que foi feito no pavilhão de Pinhal Novo que começou com uma obra do Ministério da Educação, mas teve de ser a Câmara a agarrar aquilo, hoje felizmente é gerido pela Palmela Desporto, a comunidade escolar está servida e bem, paga

para utilizar, barato, sem preocupação nenhuma; e nas restantes horas, o pavilhão está ao serviço da comunidade.

São estes modelos que podem servir os interesses das comunidades e do país agora tem de haver seriedade, não é andar a vir ao concelho vender promessas. A Câmara quer contratualizar e isto é o que leva à indignação, porque andaram 2 anos a enganar o município e a enganar a escola, porque recebem abaixo-assinados dos Presidentes de Junta e dos pais da Quinta do Anjo, de Palmela e dos alunos, etc e também nem resposta há sobre o assunto.

Mesmo hoje o Sr. Presidente do Conselho de Escola defendeu ações muito duras e a Câmara tem tido uma postura correta, institucional, de responsabilidade. Não vão fazer manifestações à porta do ministério, que seriam perfeitamente legítimas.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona o que é que o apoio todo a este Governo tem dado a Palmela. O outro Governo que o Sr. Presidente protocolou o posto de GNR de Palmela, o Centro de Saúde de Pinhal Novo Sul, a recuperação da Ribeira da Salgueirinha e as Encostas do Castelo.

O **Sr. Presidente** refere que, mais uma vez, o mérito todo desses protocolos é do município, que tem a honra de presidir pelo trabalho e pelas diligências e as lutas da população.

O Governo que assinou com o município de Palmela foi o Governo do Partido Socialista, porque o município quis protocolar antes. Alguém se atrasou a publicar a portaria de extensão de encargos e este ano, como é um ano importante, empurraram tudo. Então no mês de Março teve de assinar logo duas coisas. Queria ter assinado há mais tempo, porque se calhar a obra da Ribeira da Salgueirinha e o Centro de Saúde já estava feito, isso é que era bom. Mas isso são questões entre os ministérios, agora, o que garante, é que felizmente ainda há lutas que dão resultados e que são consequentes e nesse trabalho, sugere que o Sr. Vereador consulte a documentação do município e da imprensa para saber quem esteve, quando e como, e que é quem foram os cidadãos coerentes e os políticos coerentes.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que percebe a capitalização que está aqui a ser feita e provavelmente o Sr. Vereador Paulo Ribeiro pode colocar um outdoor a dizer "Pavilhões de qualidade". Toda esta retórica e votará favoravelmente a moção. Aqui a questão é do que é a indignação e onde é que ela é maior do que era há 2 anos, pronto, obviamente também fazem aqui uma leitura aliás no próprio texto se faz, na situação se faz é que a se a autorização do Ministério das Finanças como em tantas coisas, é porque possivelmente, existe essa impossibilidade. O processo parou a autorização

Percebe a capitalização e ver se a culpa é do governo, mas o discurso do Sr. Presidente também está a capitalizar, politicamente a posição que tem na autarquia em relação a uma partido que também lidera o Governo e aos outros que têm liderado governos. Portanto, tudo isto faz parte do jogo que não interessa prolongar muito. Acompanham a moção, votarão

favoravelmente, o pavilhão faz falta. Esta é a mensagem que tem que ficar, em vez de estarem a guerrear com factos e dados que se forem lá para fora, as pessoas não se recordam e não reconhecem.

Os eleitos do Partido Socialista à Câmara Municipal têm acompanhado e vão acompanhar estas moções e como disse, com ou sem a palavra indignação. Deram a sua opinião em relação ao peso que esta palavra deve ter. Não querem é que, no final deste discurso esta questão saia difusa nos combates e naquilo que roça a politiquice.

O **Sr. Presidente** refere que a política é a vida das pessoas e a Câmara considera que é importante voltar a trazer isto aqui, é coerente com aquilo que sempre defendeu, está no seu compromisso eleitoral, tem feito sempre isto desde o início do mandato (não foi só agora) e considera-se defraudada com a expectativa criada e viu aqui alguma estratégia política para outro tipo de capitalizações.

O executivo ao ter tido reunião com órgãos da escola ao ter também no passado recente, recebido missivas dos pais e dos alunos que fizeram manifestações sobre esta matéria, são coerentes e consequentes. De facto, aquilo é a vida das pessoas, é aquilo que as pessoas necessitam é aquilo que está a ser feito.

A indignação só tem que ver com o facto do Ministério ter andado a enganar e de estar a arrastar isto para um período que, claramente, tem aqui uma estratégia de eleitoral.

Submetida a Moção (Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. Saudação (Produtoras/es medalhadas/os no *Challenge International du Vin 2017*).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Adega de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à apresentação das Saudações:

SAUDAÇÃO (Produtoras/es medalhadas/os no *Challenge International du Vin 2017*)

"A participação dos vinhos da Península de Setúbal e, em particular, do concelho de Palmela, no *Challenge International du Vin 2017* resultou num grande sucesso, que colocou em relevo,

uma vez mais, a grande qualidade da produção regional e a sua crescente afirmação no panorama internacional do setor.

O grande destaque vai para o *Prix Spécial* atribuído ao Moscatel Roxo Venâncio da Costa Lima 2013, para premiar «o melhor entre os melhores» na categoria de vinhos fortificados. Trata-se do único *Prix Spécial* atribuído a um vinho português nesta edição daquele que é o principal certame internacional de vinhos realizado em França, sendo, também, o mais antigo e um dos mais prestigiados do mundo. Além deste prémio especial, a Venâncio da Costa Lima trouxe uma medalha de prata com o seu Moscatel DO Setúbal 2008.

A Casa Ermelinda Freitas também teve uma participação muito feliz, com quatro medalhas de ouro, atribuídas ao *Trincadeira Reserva 2014*, ao *Sauvignon Blanc 2015*, ao *Cabernet Sauvignon Reserva 2013* e ao *Valoroso Reserva 2014*, e duas de prata, para o *Dona Ermelinda Reserva 2014* e para o *Vinha do Rosário Reserva 2014*.

São de sublinhar, ainda, as prestações da Adega de Palmela - que viu o seu *Reserva 2015* premiado com ouro e recebeu prata com o *Adega de Palmela Branco 2016* e com o *Vale dos Barris Castelhão 2015* - e da SIVIPA, premiada com medalha de prata pelo seu *Terras do Sado 2016*.

No total, as adegas da Rota de Vinhos da Península de Setúbal receberam 14 medalhas de ouro e 9 de prata.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida na Biblioteca Municipal de Palmela a 17 de maio, **saúda** as produtoras e os produtores de vinhos do concelho de Palmela e da região - em particular, a Venâncio da Costa Lima, a Casa Ermelinda Freitas, a Adega de Palmela e a SIVIPA - pelos excelentes resultados obtidos no *Challenge International du Vin 2017*, que contribuem para valorizar e dar notoriedade aos seus produtos e à região e muito honram o concelho de Palmela."

SAUDAÇÃO (Adega de Palmela)

"A Adega de Palmela foi distinguida com o Título de Reconhecimento de Organização de Produtores de Vinho no setor de Vinho para o produto Vinhos de Uvas Frescas, incluídos os vinhos enriquecidos com álcool. Trata-se da 2.ª a nível nacional e a 1.ª da região a receber este título atribuído pela Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural), cuja cerimónia de entrega decorrerá no dia 1 de junho, às 18h30, na Casa Mãe da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, em Palmela.

Com este Título, a Adega poderá, assim, beneficiar dos fundos comunitários no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020), nomeadamente, com a majoração de 10% de financiamento nos projetos apresentados.

Fundada em 1955, com a designação de Adega Cooperativa da Região do Moscatel de Setúbal, a Adega de Palmela iniciou a sua atividade em 1958, com 50 associados e com uma produção que não excedia os 1,5 milhões de litros. Atualmente, a produção ultrapassa os 8 milhões de litros, sendo 75% Vinho Tinto, 15% Vinho Branco e 10% Moscatel de Setúbal. Com cerca de 300 associados que possuem uma área combinada de 1000 hectares, uma parte da sua produção é engarrafada.

Com 40 funcionários, a Adega de Palmela tem vindo ao longo dos anos a atualizar a sua tecnologia de fabrico e engarrafamento e hoje é uma unidade certificada que produz marcas reconhecidas a nível nacional e internacional, com a atribuição de medalhas de ouro e prata nos mais prestigiados certames deste setor.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida na Biblioteca Municipal de Palmela no dia 17 de maio de 2017, **saúda** a Adega de Palmela por mais este reconhecimento nacional e faz votos de sucessos futuros para a empresa.”

Sobre as Saudações (Produtoras/es medalhadas/os no *Challenge International du Vin 2017*) e (Adega de Palmela) intervém:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que irá acompanhar estas saudações. Sobre estes produtores que ganharam estas medalhas, muitas vezes faltam adjetivos para qualificar a excelência destes vinhos e as medalhas que vão ganhando nestes concursos internacionais. Em relação à Adega de Palmela, é de louvar o trabalho feito porque atravessou um período difícil, conseguiu ter uma recuperação, daí acompanharem as duas saudações com a maioria.

Submetida a Saudação (Produtoras/es medalhadas/os no *Challenge International du Vin 2017*) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a Saudação (Adega de Palmela) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Clique sem Idade** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o “Clique sem Idade”, para além de oficinas de noções básicas de informática, privilegia outras iniciativas que visam aumentar as competências em TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), contribuindo para a inclusão digital da população de idade maior. Valoriza-se a educação devida, a participação, a informação e a relação entre gerações. Assim, a 8 de maio, no CRJ de Pinhal Novo, realizou-se mais uma oficina, com o cartão municipal de idade maior mais perto, com a participação de 14 pessoas. Pretendeu-se dar a conhecer as principais vantagens, descontos do cartão municipal idade maior, preencher o formulário de inscrição online e sensibilizar para a consulta da listagem de entidades aderentes, no site da Câmara.

A 29 de maio, no CRJ de Pinhal Novo, também terá lugar a iniciativa “Conversa com opiniões interessantes e motivação na idade maior”. Após a entrega dos certificados de participação nas oficinas de noções básicas de informática, a ação desafia os participantes Clique sem idade à partilha de ideias e sugestões, na área do envelhecimento ativo.

• **Fantasiarte 2016/2017 – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a 13ª edição do Fantasiarte começa amanhã. É um projeto de educação pela arte, desenvolvido pela comunidade educativa do concelho de Palmela, que associa elementos culturais e artísticos, que permitem cultivar em cada participante o sentido de criatividade e iniciativa, uma imaginação fértil, inteligência emocional e capacidade de reflexão crítica, sentido de autonomia, liberdade de pensamento e interação. São programas artísticos, da responsabilidade das escolas e outras entidades educativas, que mostram em palco os talentos dos jovens participantes nas áreas da música teatro, dança, artes visuais, entre outras, reforçando este projeto como um bem comum. Entre os participantes e os espetadores, cerca de 2950 crianças de educação pré-escolar, alunos do 1º ciclo, ao ensino secundário; 310 professores e auxiliares e população de idade maior vão estar nas festas de encerramento, de 18 a 25 de maio, no Cine-teatro São João, o que representa um aumento de 500 participantes relativamente ao ano letivo transato.

Estes programas, preparados ao longo do ano letivo, envolvem todos os agrupamentos de escolas e a Escola Secundária de Palmela. Também estão representadas as instituições de solidariedade social do concelho e entidades de ensino privadas, bem como as associações de pais da Zeca Afonso e da Salgueiro Maia de Pinhal Novo, enquanto entidades promotoras de atividades socioeducativas.

• **Dia Nacional da Energia / Dia Mundial do Ambiente – O Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** refere que no dia 29 de maio celebra-se o Dia Nacional da Energia e 5 de junho, o Dia Mundial do Ambiente. O programa de comemorações do ambiente e da energia, que se prolongam pelo mês de junho e contam com momentos formativos, atividades desportivas, visitas e divulgação de boas práticas onde se destacam “Oficinas Hortas de Varanda”, no dia 27 de maio, uma formação dirigida à população em geral, demonstrando tendo um pequeno jardim ou horta numa varanda ou terraço em espaço urbano, é possível e compensador.

A pedalada noturna, no dia 3 de junho, percurso de btt noturno, também dirigido à população em geral, vai percorrer o centro histórico e trilhos do Parque Natural da Arrábida, com degustação de produtos locais.

Uma caminhada noturna, no dia 24 de junho, em colaboração com a área de desporto, na organização da caminhada. A caminhada será, portanto, do Parque Natural da Arrábida e

sensibilizar-se-á para a diversidade das plantas aromáticas, da flora da Arrábida e ainda a visita às hortas comunitárias.

Durante este período, o município disponibiliza também no seu site, informação sobre os principais poluentes atmosféricos, os seus efeitos, medições registadas na região e distribuirá um guia sobre boas práticas em eficiência energética, como forma de fomentar na comunidade local uma consciencialização para o uso eficiente de energia, como forma de divulgar o seu plano de ação para a energia sustentável de Palmela (PAESP) e assim evidenciar o contributo que cada cidadão poderá ter na concretização dos objetivos de redução das emissões de CO₂.

• **Colóquio Internacional - O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o município de Palmela, em parceria com os municípios de Alcácer do Sal e Sesimbra, o centro de história da Universidade de Lisboa, o centro interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, promove nos dias 19, 20 e 21, um colóquio internacional intitulado “ Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer”, iniciativa esta que integra a celebração do Dia Internacional dos Museus.

• **Iniciativa que vai decorrer no Castelo de Palmela – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que irá também acontecer uma iniciativa intitulada “Noite dos Museus”, no próximo dia 20 deste mês, com uma visita encenada, que irá decorrer no Castelo de Palmela, a partir das 21:30. Frisa que estas iniciativas contribuirão não só para a investigação e valorização da História e cultura locais, mas igualmente, para a promoção turística do concelho.

• **Plano Museológico da Câmara Municipal de Palmela – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá nota de uma opção que o município tomou recentemente, no que diz respeito ao museu. O plano museológico da autarquia está a ser reformulado e consiste num formato de museu polinucleado com vários núcleos setoriais. Uns dos desejos mais antigos do museu municipal e do próprio município é poderem ter também em Pinhal Novo um núcleo dedicado aos ferroviários. O município vai celebrar, dentro de dias, com as Infraestruturas de Portugal, e com efeitos retroativos a dia 1 de maio, um contrato de comodato, tendo em vista a utilização da estação de Pinhal Novo, durante 10 anos, períodos que podem depois ser renovados e negociados, para aí começar a tratar do espólio que já tem e começar a preparar esse futuro núcleo. O objetivo é desenvolver nesse núcleo algumas atividades ao longo do ano, mas se tudo correr como previsto, poderá vir a ter abertura ao público e funcionar como equipamento cultural na sua plenitude, em maio do próximo ano. Para fazerem aquilo que se pretende, desde adaptações, obras e tratamento de espólio, exposições e recolhas (porque entretanto há

particulares que querem oferecer alguns espólios), vão preparar isto para que seja um núcleo com muito interesse e interação até com visita à estação e outros ícones ferroviários que ali estão nas imediações. O objetivo não é fazer isto apressadamente, pelo que vão, desde já, ocupar as instalações, para que possam, no próximo ano, ao celebrar o Dia Internacional dos Museus, abrir em definitivo aquele núcleo museológico.

Questões colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro

• **Queixas recebidas por causa de atrasos nas comunicações prévias – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que tem recebido algumas queixas de atrasos na aprovação de comunicações prévias, que têm superado largamente o prazo de resposta que, legalmente, a autarquia está obrigada a fazer.

• **Notícia publicada na comunicação social: transportes – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que tem uma questão relacionada com os transportes e o que foi aprovado aqui, relativamente, à delegação de algumas competências na área metropolitana de Lisboa, que aliás mereceu o apoio unânime da autarquia, no sentido de a autoridade metropolitana de transportes e a área metropolitana terem aqui um pape decisivo para haver uma harmonização dos transportes. No entanto, na semana passada, foi surpreendido com uma notícia do Jornal Público e do Diário da Região, que algumas autarquias estariam na predisposição de aproveitar os transportes coletivos do Barreiro, que além de terem uma frota obsoleta, têm um grande défice de exploração, para alargar os transportes coletivos do Barreiro a vários municípios, entre os quais Palmela, e que, simultaneamente, a partir daí seria um operador interno e, portanto, deixaria de fazer sentido aquela delegação que foi dada à área metropolitana de Lisboa. Como nunca tinham abordado este tema aqui, aliás na tal reunião extraordinária em 2016, falou-se nesta situação mas, apesar da urgência, não havia grandes projetos. É do conhecimento que a área metropolitana está a fazer um estudo, até para alargamento dos espaços intermodais, o que parece uma boa medida, mas questiona o que é que há relativamente a esta matéria, ao alargamento e à criação dessa tal empresa, aparentemente intermunicipal e ao alargamento dos transportes coletivos do Barreiro ao concelho de Palmela.

Face às questões apresentadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro são dadas as seguintes respostas:

_ **Queixas recebidas por causa de atrasos nas comunicações prévias – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que não há atrasos na aprovação de comunicações prévias, porque a Câmara deixou de ter competência para aprová-las.

O novo regime jurídico de urbanização e edificação, veio criar uma figura da comunicação prévia diferente daquilo que era no anterior regime, portanto, desresponsabilizando a autarquia ao retirar, também, o controlo prévio, sem atos permissivos; responsabilizando depois, mais o particular, obviamente, quando é ele que tem de fazer o "seu" saneamento documental e perceber se cumpre ou não cumpre a legislação. Neste caso concreto, nas comunicações prévias, a Câmara já deixou de ter competência para fazer o controlo prévio. Não há aprovação, não há autorização, há tão somente uma competência que é fazer uma "picagem" daquilo que é a entrega dos elementos instrutórios obrigatórios, o que significa que o particular tem a possibilidade ou o direito de iniciar a sua construção, desde que esteja devidamente instruído o processo e pague as taxas devidas. Ao fim de 8 dias se a Câmara nada disser sobre essa picagem das peças instrutórias, o particular tem uma ferramenta ao seu alcance que é iniciar, portanto, a construção. A Câmara deixa de ter a competência de controlo prévio, passa a ter uma competência de controlo sucessivo. Se o particular pode iniciar a obra, pagar as taxas e, desde que veja que de acordo com a portaria, e os seus elementos estão todos eles entregues, a seguir a Câmara pode e deve fazer uma aferição se a obra está a correr de acordo com o que ele disse que iria fazer e de acordo com as condições da comunicação prévia, o que pode dar azo a embargos ou demolições por eventuais desconformidades.

A Câmara aqui, numa atitude proactiva, também de colaboração com os particulares, neste preciso momento, está a fazer aquilo que não tem o dever de fazer, que é a apreciação da arquitetura e das especialidades; daí não estar a ser feito dentro dos 8 dias. A Câmara aprecia tal e qual como fosse um processo de licenciamento, e se detetar alguma desconformidade, contacta o requerente e o técnico e alertar para os problemas que enfrentarão se não corrigirem este ou aquele aspeto. Não é obrigação da Câmara fazê-lo, está a fazê-lo de livre e espontânea vontade, obviamente, com atraso naquilo que é notificação a dizer que os elementos legalmente exigidos estão todos entregues.

A propósito deste assunto, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** questiona se têm de esperar pela apreciação.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que não têm de esperar porque não há obrigação legal de ser feita a apreciação dos projetos. Os construtores experientes não vão para a figura da comunicação prévia, todos eles estão a prescindir dela e estão a entregar processos de licenciamento porque querem responsabilizar a Câmara e têm uma salvaguarda, têm um título, têm uma apreciação. A comunicação prévia facilita, mas ao mesmo tempo, tem o reverso da medalha, a responsabilidade é do requerente, do seu construtor e dos técnicos, que no fundo têm os seus termos de responsabilidade que dizem que a pretensão está de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao caso em concreto. A Câmara no presente está a fazer um pouco mais do que tem obrigação de fazer, em prejuízo daqueles 8 dias que só servem para dizer que está cá tudo entregue, nada mais.

O **Sr. Presidente** refere que ainda não há a compreensão desta figura e alguns também não fazem uso da prerrogativa que têm que é poder começar entretanto. Mas, de facto, o município adotou esta postura sem prejuízo, às vezes, de ver uma ou outra situação que está distribuído para um técnico que faltou, que está doente ou que possa haver um atraso ou outro, porque também há, mas a questão é que já tiveram experiências que simples levantamentos topográficos mal feitos, por exemplo, até nas distâncias entre muros, entre garagens, entre janelas da moradia ao lado, aquilo é tudo entregue, assinado pelos técnicos, que são responsáveis, que até podem ver a licença da Ordem cassada por falsas declarações; e depois no terreno aquilo não bate certo, começa o vizinho a queixar-se pela Câmara não ter apreciado.

Estão numa fase de transição e a tentar também fazer aqui alguma pedagogia e, pelo menos nos casos que vieram ao conhecimento, de munícipes que interpelaram a Câmara por causa da demora, tem sido esta a explicação. Há um ou outro caso, que há demora mas não é nada de transcendente e, às vezes, até requerem reuniões com os técnicos do município para conferirem alguns aspetos.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que alguns dos munícipes que vêm à Câmara, até em atendimento, a reclamar esse hipotético atraso, depois de explicada a situação até veem agradecer e, pelo contrário dão o endereço eletrónico e pedem para que a autarquia alerte para alguma coisa que tenha que ser feita; numa atitude de pedagogia e de proatividade de ajudá-los, porque depois da obra iniciada é muito pior se existirem desconformidades.

_ Notícia publicada na comunicação social: transportes – O **Sr. Presidente** refere que até ficou entusiasmado com a notícia vinda a público. Quem dera que viesse uma empresa intermunicipal, mas não é o caso. O que há e já foi falado, é a possibilidade de carreiras que têm concessões estritamente na área do município, poderem fazer circuitos interurbanos e intermunicipais. Não faz sentido nenhum autocarro dos TCB passar numa paragem na Quinta do Conde e passar numa paragem ao lado do Bairro Assunção Piedade e não poder transportar as pessoas desse Bairro e do Bairro Alentejano e das Marquesas II e ir até à estação da Penalva. Há até quem defenda que eles podem ir até à Quinta do Anjo, que pelo menos levavam as pessoas da Quinta do Anjo, para a Penalva.

São estudos que estão a ser feitos, esta discussão ocorreu no âmbito da apresentação dos resultados do plano de mobilidade intermunicipal, decorrente da eventual 3ª travessia do Tejo. Foi um plano excelente; aliás, o Sr. Ministro do Ambiente e outros responsáveis da área de desenvolvimento regional e dos transportes elogiaram-no, porque com ou sem terceira travessia, com aeroporto aqui ou acolá, com ou sem TGV, aquele estudo foi fundamental para perceber os movimentos pendulares dos cidadãos destas zonas e confirmam tudo o que o município de Palmela tem vindo a introduzir, até nas premissas do estudo do transporte flexível, que é o eixo de circulação entre Vila Amélia e 4 Castelos e a distribuição pelas empresas da

zona. Quase toda a gente tem de ir de transporte individual, porque não há qualquer transporte coletivo que dê ligação à Quinta do Anjo. O estudo veio, de facto, confirmar algumas teses que estão na base de outros estudos específicos.

Possivelmente, alguém se entusiasmou e falou em empresa intermunicipal, agora, no concelho de Palmela são adeptos que na ausência de resposta dos TST, que se recusam a fazer determinados circuitos e carreiras porque acham que não são rentáveis, que a concessão, não lhes tem de estar distribuída e que outros operadores, que também terão de mudar o seu estatuto (daí se calhar a questão da notícia), possam fazer esse serviço em municípios vizinhos, como aliás os TCB estão a fazer no município da Moita. E já houve providências cautelares, por parte dos TST, por diversas vezes, e felizmente não foram acolhidas; o que significa que é legítimo os TCB poderem fazer este alargamento.

Aproveita para esclarecer que os TCB só são deficitários, porque são o único sistema de transportes que não recebem um cêntimo de comparticipação por parte do Estado Central, enquanto outros operadores privados, até sem transportarem o número de pessoas que, durante anos, por falta do inquérito à mobilidade, andavam a dizer que transportavam, têm recebido milhões de indemnizações compensatórias. E essa é a única razão para o défice de exploração dos TCB, porque de resto, prestam melhor serviço público, do que outros operadores privados. Também é público que os TCB concorreram a fundos e têm uma encomenda de 60 novos autocarros, a gás, para substituir a frota antiga e para operar nestas zonas.

Mas, em bom rigor, o que existe, neste momento, em relação à delegação de competências na área metropolitana de Lisboa é o facto de ter havido a validação das atuais concessões, que já haviam sido adulteradas pela operadora TST. Quanto ao transporte rodoviário, porque o ferroviário, tudo aquilo que existia mantém-se sentindo-se falta de reforço de composições na Fertagus, que a determinadas horas, não se percebe como é que não metem mais uma carruagem e isso é um problema do Estado Português, que não soube negociar, no âmbito da renegociação do contrato de concessão e é uma lacuna. Mas, o que a AML fez foi validar com os municípios as atuais concessões, todos os municípios foram agora abordados pelos TST com umas promessas e intenções de reformular umas ligações e isso será analisado em bloco porque a generalidade das questões que vêm apresentar não dizem respeito a carreiras internas, estritamente dentro do município, que é aquilo que Palmela necessita. Tem que ver com aquilo que eles já fazem a nível intermunicipal, a ligações Palmela-Gare do Oriente ou outras coisas que passam pelo território, que vão de Setúbal para o Outlet ou para Alcochete e que passam e que servem, naturalmente, a população do concelho que está na 252 e isso não acrescenta nada aos níveis de serviço, ou seja, não vem responder a nada que Palmela precisa, que é uma ligação estação de Palmela – Aires – Padre Nabeto – Palmela ou Quinta do Anjo – estação da Penalva – Bairros ou Poceirão – Marateca – Faias, que não existem.

O que a AML vai fazer, para além do estudo à mobilidade, do estudo das indemnizações compensatórias, que é agora da responsabilidade da AML e que vai agora ao conselho metropolitano, é preparar o concurso para as concessões e é aí que o município vai intervir e vai dizer que ligações pretende, quer no seu território exclusivo, quer na articulação com outros territórios. Este é um processo moroso, porque a AML está preocupada com todos os transportes que existem e que vai ter que ir a concurso, com regras muito complexas.

Quando o município tiver essa informação, obviamente não valida nem aprova qualquer proposta, sem antes verificar se ela corresponde aos pressupostos que o município tem como imprescindíveis, para que haja aqui uma oferta de transportes coletivos em condições.

Quanto a esta empresa intermunicipal, é mais um estilo de escrita, porque o que se falou foi na possibilidade dos TCB poderem ter uma resposta supramunicipal, para além do município do Barreiro. Mesmo que venha a haver uma empresa intermunicipal, não há inconveniente, têm é que pesar o custo-benefício porque até com este novo regime jurídico dos transportes, alguém vai ter que pagar os transportes e enquanto não estiver aprovado o regime de financiamento, que há uma proposta de decreto-lei que chegou entretanto à Associação de Municípios para consulta, e ainda vem ter aos municípios. Para a Câmara, pagar uma empresa municipal ou pagar as indemnizações compensatórias a um privado, é indiferente; é preciso é que o serviço público seja garantido. Mas ainda estão no plano da conceção do sistema e do concurso, que não estará disponível antes do final do ano e sem antes de saber do financiamento, porque ninguém vai aprovar um sistema, sem antes garantir o financiamento das indemnizações compensatórias ao prestador do serviço.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS SRS. PRESIDENTE E DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelos Srs. Presidente, Álvaro Manuel Balseiro Amaro, e Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, no período compreendido entre 10.05.2017 e 16.05.2017.

LISTA DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional

A Câmara toma conhecimento, através de uma informação distribuída a todos os membros, elaborada pelo Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional e que fica

anexa a esta ata como documento n.º 2, que no período de 10.05.2017 a 17.05.2017, não se verificou a assinatura de contratos de aquisição de serviços.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 08.05.2017 a 11.05.2017.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 10.05.2017 a 16.05.2017, no valor de 416.054,27 € (quatrocentos e dezasseis mil, cinquenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 16.05.2017, apresenta um saldo de 6.163.952,63 € (seis milhões, cento e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e dois euros e sessenta e três cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 5.374.034,68 € (cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trinta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 789.917,95 € (setecentos e oitenta e nove mil, novecentos e dezassete euros e noventa e cinco cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Saída da reunião de um Vereador

Nesta altura, ausenta-se da reunião o Sr. Vereador António Braz.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Atribuição de apoio financeiro à formação – Associações Humanitárias de Bombeiros do concelho.

PROPOSTA N.º SMPC 01_12-17:

«Tendo por objetivo garantir a aquisição e manutenção das competências inerentes ao desempenho da função de bombeiro e estando o município consciente do peso do treino e da formação contínua para os corpos de bombeiros.

Encarando-se a formação como uma atividade fundamental para a aquisição de novos conhecimentos, propõe-se a atribuição de um apoio, de valor igual para todas as Associações e que se destina a garantir uma comparticipação do município nos custos com a formação dos bombeiros de Águas de Moura, Palmela e Pinhal Novo.

Assim e face ao exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de um subsídio destinado a apoiar os encargos assumidos pelas Associações Humanitárias de Bombeiros do concelho com a formação, no montante global de 4.500,00 € (quatro mil e quinhentos euros), de acordo com o quadro seguinte:

Associação	Valor anual (€)
	2017
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	1.500,00
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	1.500,00
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	1.500,00
TOTAIS	4.500,00.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro ao investimento – Associações Humanitárias de Bombeiros do concelho.

PROPOSTA N.º SMPC 02_12-17:

«A Câmara Municipal de Palmela foi pioneira no estabelecimento de parcerias com as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, instituindo uma forma de relacionamento rigorosa e transparente, concedendo apoios que vêm permitindo garantir às mesmas, e às populações do Concelho, níveis de prontidão operacional e segurança, consentâneas com as exigências dos nossos dias.

As nossas corporações, também com o apoio da Câmara Municipal de Palmela, cresceram em formação, em equipamento e em instalações, emprestando, várias vezes, o seu saber-fazer em ações de formação, a nível nacional e internacional.

Entretanto, tal como assumido com as direções das respetivas Associações de Bombeiros no início do presente ano e fruto da sustentabilidade orçamental municipal existente, é objetivo e desiderato da autarquia continuar a apoiar as Associações Humanitárias de Bombeiros, também no domínio do investimento, consagrando em orçamento o valor global de 45.000,00€ (a distribuir pelas três Associações), fazendo face aos avultados investimentos realizados pelas mesmas, em vários domínios, e porque, as candidaturas apresentadas pelas Associações Humanitárias de Bombeiros do concelho, não tiveram provimento por parte do POSEUR.

Deste modo, e existindo no imediato dotação orçamental para assumir os compromissos com as Associações e nos termos previamente definidos, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea o) do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de subsídio de apoio ao investimento no valor total de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) às Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, de acordo com o quadro seguinte:

Associação	Valor (€)	Investimentos a Participar
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	15.000,00	Ambulância de Socorro (ABSC).
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	15.000,00	Equipamentos de Proteção Individual (20 unidades); equipamento de cuidados pré-hospitalares para ambulância de socorro.
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	15.000,00	Ambulância de Socorro (ABSC).
TOTAIS	45.000,00.»	

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

**PONTO 3 – Apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes:
Adenda ao Protocolo de Colaboração com as Associações de Bombeiros do
concelho.**

PROPOSTA N.º SMPC 03_12-17:

«Considerando que:

1. Os protocolos de apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes (GBP) atualmente em vigor, aprovados na reunião pública de 01/03/2017, têm a vigência de dois anos (2017/2018), podendo contudo ser objeto de atualização anual (cf. n.º 3 da Cláusula Quarta);
2. Em 2017 a Câmara Municipal assumiu perante as três Associações Humanitárias de Bombeiros estar disponível para proceder ao ajustamento de 7 (sete) para 8 (oito) do número mínimo de elementos afetos aos GBP.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da adenda aos Protocolos de Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, celebrados com as Associações de Bombeiros do Concelho, nos termos da minuta anexa à presente proposta, a qual formaliza as seguintes alterações ao protocolo em vigor:

1. O reforço da comparticipação destinada ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, no valor 16.124,00 € (dezasseis mil, cento e vinte e quatro euros), para cada uma das três associações. Em resultado deste reforço o montante global da comparticipação a transferir para as associações durante o corrente ano passa a ser o seguinte:

Associação	N.º (mínimo) Elementos	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	8	128.992,00
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	8	128.992,00
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	8	128.992,00
TOTAIS	24	386.976,00.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Entrada na reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador António Braz.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à Associação dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela.

PROPOSTA N.º DADO_DRH 01_12-17:

«A Associação dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela (ASSCTMP), é uma instituição sem fins lucrativos legalmente constituída, dotada de personalidade jurídica, e fundada em 15 de junho de 1981, que tem como associadas/os trabalhadoras/es e aposentadas/os das autarquias do Município de Palmela. Esta associação tem por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, bem como a concessão de benefícios sociais a associadas/os e respetivos familiares.

Entre os vários domínios da sua atividade, releva-se a assistência na saúde (comparticipação de despesas médicas e de medicamentos, na parte não participada pela ADSE ou Serviço Nacional de Saúde), a assistência à infância, à 3ª idade e a assistência escolar. De sublinhar, igualmente, as atividades de carácter recreativo, cultural e desportivo, importantes para a fruição dos tempos livres e fomentadoras do espírito gregário e de solidariedade entre associadas/os.

À data atual a ASSCTMP regista 565 associadas/os, das/os quais 528 pertencem ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Palmela e os restantes 37 encontram-se na situação de aposentação.

Assim, considerando:

1. O estatuído na al. a) da cláusula 4ª, no nº 3 da cláusula 6ª, e na cláusula 7ª do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Palmela e a ASSCTMP, em 18 de dezembro de 2014;
2. A demonstração da regularidade e conformidade da atividade desenvolvida por parte desta associação, bem como da respetiva situação tributária e contributiva, através da apresentação do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016;

3. A disponibilidade orçamental verificada nas Grandes Opções do Plano do ano corrente (ação 2.2.1.01.004 2015 A 17, com a classificação económica 0202/040701);
4. O estatuído nos nºs 1 e 2 da cláusula 6ª do referido Protocolo, nomeadamente quanto à contenção da subvenção dentro do limite máximo previsto no nº 1 do art.º 5º do Decreto-lei 13/2011, de 25 de janeiro (não superior a 3,5% do somatório das remunerações e pensões dos trabalhadores e aposentados inscritos na instituição beneficiária da subvenção);

propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 60.000,00 € (sessenta mil euros) à ASSCTMP para comparticipação da respetiva atividade, nos termos do previsto na alínea p) do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela numerada DADO_DRH 01_12-17 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que acompanharão a proposta, como é evidente. Louvam os resultados que a própria Associação consegue ao fim de um ano e já adiantando as contas de 2016, que a maioria das associações, por norma traz as de 2015.

O **Sr. Presidente** refere que as Associações de Serviços Sociais acabam por investir, socialmente, nos trabalhadores, suportar até comparticipações da doença. Existem em todos os municípios. A comparticipação da “entidade patronal” pode ir até um limite percentual muito superior, mas a autarquia também acha que devia atribuir aquilo que corresponde ao trabalho e ao equilíbrio das contas. Felizmente a Associação tem tido também as contas em dia e este valor, que era o que a autarquia tinha assumido anteriormente para manter neste mandato, era o valor possível. Felicita os serviços sociais pelo trabalho que têm desenvolvido.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 5 – Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM)
– Início do procedimento e participação procedimental.**

PROPOSTA N.º DADO 01_12-17:

«Prosseguindo a estratégia global plasmada na iniciativa 20-20-20 da União Europeia, no domínio da eficiência energética, a Câmara Municipal de Palmela, signatária do Pacto de

Autarcas para o clima e energia, assumiu como objetivo a implementação de ações com vista à redução da emissão de gases com efeito de estufa na União Europeia em 20,2% até 2020 e a ponderação de forma global de medidas de minimização e adaptação às alterações climáticas.

Neste contexto, o contributo dos particulares e dos promotores poderá assumir especial relevância na defesa do interesse público e ambiental, entendendo-se pertinente a implementação de medidas de sensibilização dos munícipes no âmbito da eficiência e sustentabilidade energética, que estimulem a sua iniciativa para adoção de soluções consentâneas com estes objetivos, na realização de operações urbanísticas de edificação, reabilitação e legalização.

Considerando o custo que a utilização de sistemas energéticos sustentáveis implica e a representatividade que as taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, estabelecidas no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM), assume no investimento global dos interessados, pretende-se assim implementar medidas de discriminação positiva, que contribuam para a diminuição dos custos inerentes.

Ainda na sequência da aplicação sistemática e avaliação constante pelos serviços municipais, bem como a dinâmica própria dum regulamento e tabela de taxas com contextos de aplicação em permanente mudança, pretende-se também promover alterações com o intuito de retificar imprecisões e/ou clarificar e simplificar algumas disposições, bem como contribuir para a justa determinação do valor (custo/benefício) de algumas das taxas urbanísticas aplicáveis, nomeadamente no que respeita à informação prévia e emissão de certidões.

Compete aos Municípios, no exercício do seu poder regulamentar próprio e nos termos do art. 3º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, publicado pelo D.L. 555/99. de 16 de dezembro, introduzidas pelo D.L. 136/2014, de 9 de setembro, aprovar regulamentos com o objetivo de concretização e execução deste regime, designadamente:

"(...) c) Disciplinar os aspetos relativos ao projeto, execução, receção e conservação das obras e serviços de urbanização, podendo, em particular, estabelecer normas para o controlo da qualidade da execução e fixar critérios morfológicos e estéticos a que os projetos devam conformar-se;

d) Disciplinar os aspetos relativos à segurança, funcionalidade, economia, harmonia e equilíbrio socioambiental, estética, qualidade, conservação e utilização dos edifícios, suas frações e demais construções e instalações; (...)

f) Fixar os montantes das taxas a cobrar; (...)

j) Regular outros aspetos relativos à urbanização e edificação cuja disciplina não esteja reservada por lei a instrumentos de gestão territorial."

Assim e em cumprimento do disposto no artigo 98.º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o

estatuído na al. k), n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1. O início do procedimento de alteração ao RTTM, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessados e apresentação de contributos;
2. Determinar que podem constituir-se como interessados, todos aqueles que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins;
3. Que os interessados podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de alteração do RTTM, até 10 dias (úteis), após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1 do artigo 112.º do CPA;
4. Que a constituição como interessados e os contributos devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Largo do Município – 2950-001 Palmela ou onde se efetue atendimento ao público ou por telefax ou correio eletrónico.»

Sobre a proposta de Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM) – Início do procedimento e participação procedimental numerada DADO 01_12-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que trata-se de um início de um procedimento, pelo que não têm nada a opor e defendem que os regulamentos devem ser dinâmicos e, portanto, acompanhar, sem grandes demoras, melhores soluções e novas questões que importam regulamentar ou balizar.

É recorrente a fraca participação nestes processos, pelo que sugere que se faça uma divulgação mais diversificada.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que está no site, mas em muitos outros regulamentos consegue-se abordar junto de respetivas associações que possam dinamizar, junto dos associados alguma informação sobre esta matéria.

O **Sr. Presidente** refere que o próprio regulamento, quando vier, ainda tem consulta pública. Esta é uma consulta prévia, para um nicho muito especializado, que queira dar contributos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Projeto de Regulamento Municipal de Apoio a Projetos Socioeducativos.

PROPOSTA N.º DEIS 01_12-17:

«O direito à educação e a garantia das condições de acesso dos cidadãos e cidadãs, em igualdade de oportunidades, ao conhecimento, efetivado através de percursos de educação e formação com qualidade, são fatores fundamentais de inclusão, desenvolvimento e dignidade humana.

Orientado pelos princípios da educação, o Município de Palmela apoia entidades e organismos legalmente constituídos em atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva e recreativa ou outra de interesse para o município, colocando os recursos locais do território ao serviço das crianças e dos jovens e garantindo a sua formação, valorizando a troca de saberes e as aprendizagens formais e informais.

O apoio aos projetos socioeducativos dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública e solidária e do ensino básico e secundário da rede pública, que permita o desenvolvimento de abordagens a partir da escola/instituição para a comunidade, integrando a administração do território, as instituições, os agentes locais e as pessoas, evidencia os princípios de Projeto Educativo Local (PEL), e reforça a colaboração do município na promoção de percursos de educação com qualidade para crianças e jovens e outras oportunidades educativas e formativas para os cidadãos, no sentido da construção de um território educativo que sirva a todos/as.

O Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos, que integra os contributos dos parceiros do Conselho Municipal de Educação e das IPSS's com valência de infância, pretende responder à necessidade de enquadrar os apoios autárquicos e prestar um apoio equitativo ao desenvolvimento de ações dos estabelecimentos de ensino, articuladas com os Projetos Educativos de Escolas / Projetos Pedagógicos (PEE/PP) e Planos de Atividades / Ação (PA).

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 112º, nº 7 e 241º da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 98º a 101º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei nº 4/2015, e em conformidade com a alínea g), do nº 1, do artigo 25º, e das alíneas k), o), r) e u) do nº 1, do artigo 33º, ambos do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com as demais normas habilitantes que se fizeram constar no preâmbulo do presente projeto de regulamento, **propõe-se:**

- a aprovação, pela Câmara Municipal de Palmela, do projeto de regulamento municipal constante em anexo a esta proposta e que dela faz parte integrante;
- a sujeição do mesmo a apreciação pública, nos termos do artigo 118º do Código de Procedimento Administrativo;
- que caso não ocorram alterações ao texto final regulamentar, em resultado da apreciação pública, considerar esta Câmara Municipal desde já aprovado o "*Regulamento Municipal de Apoio a Projetos Socioeducativos*", para efeitos da sua aprovação final por deliberação da Assembleia Municipal de Palmela.»

Sobre a proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Apoio a Projetos Socioeducativos numerada DEIS 01_12-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que, neste caso concreto, para além do formalismo das taxas, reuniram depois com o Conselho Municipal de Educação e com as IPSS, que têm o eixo da infância.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que, por parte das IPSS, o feedback foi que houve a reunião com a União e que as alterações propostas foram, de facto, consideradas. Quando se quer fazer um bom regulamento, este é um bom princípio de início.

Inferindo sobre a questão do regulamento, havia uma necessidade de apurar e enquadrar este trabalho, e que este apoio ficasse claramente definido em termos de critérios de avaliação, o que é que se está a apoiar, das várias formas de apoio, e das várias tipologias que existem em relação a esse apoio e que um que é assíduo, muitas vezes referido pela maioria, mas normalmente esquecido nos regulamentos, que é o técnico; que é o apoio que, por vezes, é o mais fundamental, porque enquadra e direciona e que importa também passaram para uma fase de definição e de quantificação, porque o trabalho técnico, por vezes é o investimento maior que a autarquia faz. Irão acompanhar e endereçam os parabéns aos técnicos que estiveram presentes neste trabalho porque está bastante feliz, em relação ao que é a análise, aos critérios a seguir, etc.

Não percebe muito bem esta obrigatoriedade aos eixos estratégicos da Câmara e também uma certa negação do conceito da economia social. A diferença entre uma instituição que sai de uma economia solidária e que sai de uma economia social, é que, normalmente as que saem de uma economia solidária acabam por pedir apoio à autarquia. Importa que se siga em direção à sustentabilidade, de uma forma mais ampla, a aí têm que se abordar os conceitos que são de uma sustentabilidade global. Percebe a aferição à atividade económica e à preservação do ambiente e, tendo em conta que não é um critério e que não vai servir para pontuação, fica só esta referência, que não chega a ser uma crítica.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que nos limites dos projetos a candidatar, percebe a diferenciação entre o número de alunos abrangidos, do agrupamento, da questão da escola secundária, mas acha que é curto cada IPSS só poder apresentar um projeto, até porque o setor solidário terá mais necessidade de apoio por um lado, mas simultaneamente, há IPSS que além de terem diversas valências e diversos estabelecimentos, poderem ter diversos projetos consoante o público que abrangem. Portanto, acha que este nº 1 do art.º 11 devia ser revisto, no sentido de não se limitar a um projeto. Deve haver uma limitação, porque os recursos não são infundáveis, mas ainda por cima a discrepância entre o que cada agrupamento pode apresentar (pode ir até 4) e depois as escolas secundárias e as próprias IPSS, acha que a discrepância é muito grande e valia a pena visitar esta questão, a não ser que haja alguma justificação.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que do antigo programa de apoio a projetos-escola, a autarquia conseguiu na revitalização da economia, olhar para as escolas e para os projetos-escola de outra maneira, sendo que, sob o ponto de vista logístico e técnico, a Câmara nunca abandonou as escolas, esteve sempre presente, mesmo durante o período de maior crise. Mas, agora de uma forma mais estruturada, a Câmara pensa que tem condições para avançar para um regulamento que permitisse quer às escolas, quer às IPSS com a valência de infância (e não outras), apresentarem os seus projetos pedagógicos, articulados com a comunidade, como muito bem sabem fazer.

Esta questão da economia solidária com a economia social é uma redundância e o que interessa, sobretudo, é refletir a continuação do apoio às IPSS. Foi alargado o apoio às IPSS e faz parte de uma lógica e coerência de discurso, em que a autarquia tem vindo a equiparar o trabalho das IPSS nos jardins-de-infância, da mesma forma que trabalham com o pré-escolar, a tal ponto que têm tido o cuidado de, quer junto do Ministério da Segurança Social, quer junto do Ministério da Educação, alertar que se devem reunir e que devem ver como é que poderão apoiar melhor as IPSS nesta valência de infância. É por falta de diálogo e de solução entre ministérios, que muitas vezes as IPSS com jardins-de-infância passam dificuldades. Está plasmado, neste regulamento, o apoio da autarquia.

Um projeto por cada IPSS não é pouco, se tiver como exemplo o número de escolas existentes no Agrupamento de escolas de Palmela. Aliás, na reunião que houve com as escolas, o que ficou plasmado é a capacidade das escolas, dentro do agrupamento, de “irem a jogo” de forma conjunta. Esta também é uma novidade, cada escola fazia o seu projeto individualmente e não se articulava; obriga assim o Agrupamento a ter previamente uma melhor articulação com cada escola, para se poder avançar.

Curiosamente, nas Escolas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo há um determinado número de projetos que são para os alunos do 2º e 3º ciclos e outros para o secundário, porque podia haver aqui alguma tentação de ir mais para um lado que para o outro.

É o possível neste momento, a autarquia irá monitorizar tudo isto, mas é um salto qualitativo que o município está a dar.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 7 – Atribuição de apoios financeiros aos Ranchos Folclóricos do concelho de Palmela.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_12-17:

«Palmela é um concelho com um forte dinamismo por parte do movimento associativo, cuja representatividade se assume nos mais variados níveis, abrangendo um leque bastante vasto de públicos diferenciados.

No âmbito do movimento associativo concelhio, os ranchos folclóricos assumem um papel determinante, pelo trabalho que desenvolvem, quer a nível de pesquisa e recolha etnográfica, quer de promoção cultural e dinamização da comunidade onde se inserem, quer também pela divulgação que fazem do nosso concelho em todo o território nacional.

Neste sentido, e no âmbito do programa municipal de desenvolvimento da dança, foi definido como prioritário o apoio a estas estruturas associativas, pelo trabalho que desenvolvem ao nível da preservação dos valores e tradições locais, do património, da pesquisa e recolha etnográfica, bem como na componente formativa, desenvolvida através das escolas de folclore.

À semelhança de anos anteriores, onde se tem vindo a privilegiar um maior apoio para os grupos que têm também rancho infantil, consideramos que se deva manter esse pressuposto, numa lógica de valorização da componente formativa e de continuidade do trabalho desenvolvido por estas estruturas associativas.

A atribuição de apoios financeiros contemplará todos os ranchos folclóricos que mantenham o desenvolvimento de atividade regular.

Importa realçar o retomar da atividade regular por parte do Rancho Folclórico de Rio Frio, após alguns anos de inatividade, o que em muito valorizará o património cultural local.

De referir, que o Rancho da Sociedade de Recreio e Desporto da Lagoinha deixou de ter escola de folclore.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com a alínea u), n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoios financeiros no valor global de 6.000,00 € (seis mil euros), com a seguinte distribuição:

- Rancho Folclórico "Os Fazendeiros das Lagameças" – 600,00 € (seiscentos euros);
- Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores – 600,00 € (seiscentos euros);
- Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinhal Novo – 600,00 € (seiscentos euros);
- Rancho Folclórico de Poceirão – 600,00 € (seiscentos euros);
- Rancho Folclórico Regional da Palhota/Venda do Alcaide - 500,00 € (quinhentos euros);
- Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó - Rancho Folclórico Regional de Fernando Pó – 500,00 € (quinhentos euros);
- Sociedade de Recreio e Desporto da Lagoinha - 500,00 € (quinhentos euros);
- Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos de Água – 500,00 € (quinhentos euros);
- Grupo Desportivo "Os Académicos" da Agualva de Cima - Rancho Folclórico do Bairro Margaça – 500,00 € (quinhentos euros);
- Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho – 600,00 € (seiscentos euros);
- Grupo Desportivo e Recreativo de Rio Frio - Rancho Folclórico da Herdade de Rio Frio – 500,00 € (quinhentos euros).»

Sobre a proposta de Atribuição de apoios financeiros aos Ranchos Folclóricos do concelho de Palmela numerada DCDJ 01_12-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que na Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, tudo o que são subsídios, chega de uma forma igualitária, quando o mesmo regulamento depois funciona em outras áreas e há aqui uma matéria de injustiça. A única razão que consegue apontar para estes valores todos iguais, é que se dividisse por 11 não dava um valor certo, dava uma dízima infinita periódica e não conseguem ficar no valor. Alguns teriam de ter 500, para outros terem 600 ou um ajuste do género.

O que não consegue ver aqui e não tem a ver com o trabalho das associações, com a justiça do dinheiro, da atribuição financeira e com a necessidade que ele faz e com a falta que certamente em alguns casos será uma diferença fundamental para a vivência diária das instituições. Mas, tendo a autarquia critérios de atribuição, não consegue perceber; a não ser que as instituições sejam absolutamente iguais. Estes valores corridos numa única divisão, que ainda por cima, não é a divisão certa. Nesta questão e nesta análise, há aqui trabalho técnico a apurar.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que, naturalmente, há uma discriminação positiva para os grupos folclóricos que têm rancho infantil (ou escola folclore) e há essa diferenciação. Admite que, de futuro, precisam de encontrar outros critérios de diferenciação que permitam atribuir verbas diferentes. De futuro, essa poderá ser uma equação a fazer.

O **Sr. Presidente** refere que gostaria de desmistificar esta ideia de que não há aqui uma intenção e um projeto de trabalho. Isto é um projeto de apoio ao folclore, que tem que garantir condições, um apoio, um sinal mínimo, para os grupos funcionarem e aí todos estão em circunstâncias iguais. Na atividade, não têm de valorizar quem faz mais ou menos saídas, porque essa é uma questão que nem deve ser suportada pelo município. O problema é que os grupos folclóricos quando se deslocam ainda vão de borla e não é o município que tem de pagar.

A Câmara assumiu, com os grupos folclóricos, desde o início do mandato que, era preferível este tipo de apoio base, sendo que há matérias que eles podem até candidatar-se a outras coisas. Isso é a mesma ordem de ideias de estar a discriminar de forma diferente e a analisar onde é que é a viagem para o transporte, se é de 520 km ou se é de 50km. Os grupos folclóricos pedem um transporte por ano para a distância maior, que é aquela que lhes causa mais despesa, e isso não vem aqui no regulamento. Portanto, o facto de a Câmara ter tido esta opção, com o folclore, e por acordo com os grupos, trabalhar desta forma, não permite dizer que há aqui ausência de critérios. Os critérios foram consensualizados com os grupos e os grupos, por outro lado, têm obrigações, nomeadamente, com o Festival de Folclore, que este ano até vem a Palmela, que será dentro de 15 dias sensivelmente.

Considera que existem ranchos que se fossem só ao regulamento, não veriam a sua atividade valorizada, porque alguns não são apenas ranchos, uns têm sede, outros não têm sede, outros têm sede cedida pela Câmara, outros têm sede que foi construída e apoiada pela Câmara. Estas questões, precisamente porque não estão ao nível de outros critérios do regulamento, foram consensualizadas com os grupos. Quando os grupos entenderem que devem ser tratados de outra forma, também arranjarão um regulamento.

Isso é como havia antes para as marchas populares, era por arco, por dançarino; havia tantos critérios, que depois distorcia um bocadinho, então não interessa a qualidade, interessa a quantidade.

A autarquia pretende ter critérios claros, mas há vida para além dos critérios e desde que os grupos e destinatários se revejam neste modelo, é o que continuará a ser trabalhado. Neste caso, isto foi consensualizado com os grupos desta forma e há outro tipo de discriminações que nem vêm aqui ao subsídio e a legislação até permite dar subsídios avulso. Isto tem enquadramento legal, mas se o Sr. Vereador Pedro Taleço tiver dúvidas, pode pedir parecer jurídico.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a questão dos regulamentos tem a ver, justamente com haver critério que permita às associações rever-se na sua atividade, no apoio às suas necessidades e com um critério mínimo de justiça, entre outros. As associações de juventude foram todas, praticamente, com o subsídio igual de 1.000,00€, com uma distinção entre a AEP e a CNE muito ligeira, mas que independentemente dos agrupamentos, foram todos iguais.

Questiona como é que depois estabelece critérios, no mesmo regulamento, na mesma base de apoio em relação a estes 600,00€ que foram acordados pessoalmente com os 1.000,00€ que também foram acordados com as associações juvenis. Devia ter sido aí fixada a intervenção, que face a realidade dos ranchos folclóricos que passam quase toda a sua atividade a dançar pelo país, pelo que é natural que grande parte do apoio seja em transportes. Também pode haver um rancho que, de repente, parte para um trabalho de mais qualidade e não há maneira neste acordo comum deste trabalho ter o apoio devido quer pela maior complexidade, quer pela maior evolução. As instituições, em função do que as pessoas se juntam e desejam fazer (e são elas que desejam fazer porque são voluntários), têm diferentes volumes, mas que se adequam às vontades e não tem problema de ser pequeno ou ser grande. Agora é o regulamento que transmite alguma ordem a isto. Se começam a fazer vários acordos, dando um valor igual a todos, então não vale a pena apostar na relação.

Acredita na continuidade do trabalho, gosta do regulamento e acha que tem ali matéria para mais, agora precisa de ser trabalhado no terreno e não tem mal nenhum dizer que as coisas têm que ser melhor trabalhadas.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o Sr. Vereador Pedro Taleço está a partir de pressupostos errados pois esta proposta não foi trazida no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo. Os apoios que são concedidos aos ranchos folclóricos, no âmbito do regulamento municipal de apoio ao associativismo, prende-se com outras atividades que são realizadas pelos ranchos folclóricos ou com obras nas suas instalações e tudo aquilo que, no fundo, está previsto e plasmado no regulamento. Aqui estão a incentivar a atividade do folclore no concelho.

O **Sr. Presidente** refere que esta explicação foi deveras esclarecedora. Se o Sr. Vereador considera outras coisas que os ranchos façam não estão a ser valorizadas, é porque entretanto deve ter-se esquecido de outras coisas que foram feitas ao longo deste mandato. A Câmara acabou de assinar, antes do início da reunião, um protocolo. Têm um grupo de folclore que quer abrir uma escola de jogo do pau e que terá um protocolo específico para isso, pois não é folclore. O concelho tem associações folclóricas que têm zumba, encontros de minardas; essa outra atividade é financiada no regulamento. Isto é o ponto de partida para terem folclore. O apoio ao rancho folclórico não se esgota nisto. Isto é para o folclore adulto e escolas de folclore, tudo aquilo que os ranchos façam para além disto, têm outro tipo de contratualizações e outro tipo de apoios, ao abrigo do regulamento. Mas isso é a mesma história de terem um programa de teatro que possa entender dar, como patamar mínimo para os grupos desenvolverem o seu trabalho, um determinado valor igual para todos. O Sr. Vereador acabou de aprovar propostas dos bombeiros, com ambulâncias de valores diferentes e investimentos diferentes, e aprovou e não pôs essa questão. O município até costuma comprometer-se com uma percentagem, ora uma percentagem não era 15.000,00€ igual para cada um.

A legitimidade da proposta não está em causa, a legalidade da mesma também não, o critério subjacente é este. Isto é um ponto de partida igual para todos os ranchos. Outras discriminações são resolvidas em sede de protocolos para mais esta atividade. Houve apoio a obras recentemente ao rancho folclórico da Lagoa da Palha, não tem que ir à atividade do folclore. Uma coisa é a atividade do folclore e outra coisa é a associação que tem folclore mas tem mais outras coisas e então candidata-se ao regulamento.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 8 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de São Gonçalo.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_12-17:

«A Câmara Municipal, no seu relacionamento com o associativismo local, sempre se constituiu como parceiro das organizações associativas que assumem a realização das festas e eventos locais enquanto eventos identitários da comunidade local, apoiando técnica, logística e financeiramente no reconhecimento da importância destes eventos no panorama, cultural e socioeconómico local.

A Associação de Festas de São Gonçalo irá realizar de 25 de maio a 1 de junho, as tradicionais Festas em Honra de São Gonçalo.

Estas Festas de cariz religioso e profano, com fortes tradições na Freguesia de Quinta do Anjo, contam com um programa cultural assente em espetáculos de artistas nacionais e locais, assim como a componente religiosa composta por procissão e missa de homenagem ao padroeiro.

Considerando a importância local das Festas de São Gonçalo, propõe-se à Câmara Municipal deliberar o apoio financeiro à realização da edição 2017 das Festas de São Gonçalo, evento com marcado cunho comunitário que alia a visibilidade socioeconómica e associativa da comunidade onde se insere.

Assim, **propõe-se** de acordo com a alínea u), n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição do apoio financeiro, no valor de 1.000,00 € (mil euros), à entidade Associação de Festas de São Gonçalo, como comparticipação financeira à realização das Festas de São Gonçalo 2017. Para além do apoio financeiro estima-se em 6.500,00 € (seis mil e quinhentos euros) o apoio logístico dos quais 5.000,00 € (cinco mil euros) em infraestruturação elétrica para a iniciativa.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de São Gonçalo numerada DCDJ 02_12-17 intervém:

A **Sra. Vereadora Maria Justino** refere que contrariamente áquilo que se passou na proposta anterior, aqui salienta que todos estes apoios a associações e as festas que dão outra visibilidade e trazem visitantes são positivos. E aqui, se calhar, valeu a pena as diversas vezes que intervieram, dizendo que as verbas deveriam ser mais discriminadas. Congratula-se por esta discriminação de verbas, pois é uma análise que possibilita maior clareza e definição das rubricas a que vão. Portanto, há aqui uma divisão de verbas que parece trazer à proposta uma melhor clareza, pelo que votarão favoravelmente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e vinte minutos do dia dezoito de maio de dois mil e dezassete, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco